
	<p>PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO GABINETE DA PRESIDÊNCIA (GABPRES)</p> 	
<p>Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar – COEM (Pauta: Atendimento as Meninas e Adolescentes Vítimas de Violência Sexual)</p>		<p>ATA DE REUNIÃO Nº 5/2022</p>
<p>Data: 17.2.2022</p>	<p>Horário: 11h</p>	<p>Local: Sala COMAQ – 1007 – 10º Andar - (Lâmina II)</p>

Estiveram presentes na reunião, mediante assinatura em lista de presença anexa a presente ata:

1. Juíza Adriana Ramos de Mello (**Membra da COEM – I JVDFM Capital**);
2. Juíza Katerine Jatahy Kitsos Nygaard (**Membra da COEM – VI JVDFM Leopoldina**);
3. Juíza Luciana Fiala (**Membra da COEM – V JVDFM Capital**);
4. Juíza Fernanda Galliza do Amaral (**Membra da COEM – Aux. da Presidência**);
5. Juíza Raquel Santos Pereira Chrispino (**Membra CEVIJ – Coordenadoria Judiciária de Articulação das Varas da Infância, da Juventude e do Idoso**);
6. Juiz Sergio Luiz Ribeiro de Souza (**Membro CEVIJ e Resp. pela IV Vara da Infância e do Idoso - Capital**);
7. Procuradora de Justiça Carla Araújo (**MPERJ – CAOPJVD**);
8. Defensora Pública Flávia Nascimento (**DPERJ – Coord. de Defesa dos Direitos da Mulher**);
9. Defensora Pública Eufrásia Maria Souza (**DPERJ – Coord. de Defesa dos Direitos da Criança e Adolescente**);
10. Adriana Spalla Ognibeni (**CAAV - Centro Espec. de Atenção e Apoio as Vítimas – TJRJ**);
11. Livia de Souza Câmara (**SMS – Gerência Técnica Sala Lilás**);
12. Márcia Soares Vieira (**SMS - Gerência Técnica Sala Lilás**);
13. Márcio Luis Ferreira (**SMS – Subsecretaria Hospitalar – Superintendência Maternidades**);
14. Raquel Caprio (**SMS – Subsecretaria de Promoção e Atenção Primária e Vigilância à Saúde**);
15. Denise Jardim (**SMS/SPS – Superintendente de Promoção à Saúde**);
16. Alice Peçanha Oliveira (**SMSAS – Assistência Social – Coord. da Infância e Juventude - Representando a Laura Carneiro**);
17. Silvana Bencardino Araújo (**SMSAS – Coordenadoria da Infância e Juventude da Sub. de Ações Sociais**);
18. Gabriela Nunes da Penha (**Assist. Social do I JVDFM – Capital**);
19. André (**I JVDFM – Capital**).

A **Exma. Juíza Adriana Mello**, membra da COEM e responsável pelo I JVDFM, abre os trabalhos às 11h20min e agradece a participação de todas(os) na presente reunião, cujo objetivo é articular uma Rede de acolhimento integrada com a Secretaria Municipal da Saúde e demais Instituições aqui representadas, estabelecendo um fluxo de encaminhamentos para que as meninas e adolescentes vítimas de abuso sexual judicializadas tenham um acolhimento/acompanhamento seguro, digno, eficaz e não sejam revitimizadas em decorrência da violência institucional.

A Magistrada contextualiza e expõe a preocupação da COEM em relação ao alto índice dos casos de violência sexual contra meninas e adolescentes, conforme dados divulgados no Dossiê Mulher e o crescente volume desses casos que têm chegado nos JVDFMs. Além disso, ressalta que foram registrados mais de 180 novos processos de estupro de vulnerável em 2021 - quase o dobro do obtido em 2020, que teve 95 casos - de acordo com o Observatório Judicial (TJRJ);

Enfatiza que o tema envolve dois principais assuntos: *(i) a questão da competência e dos declínios*, que precisam ser debatidos *in loco*, sobre a Vara Especializada e, talvez, criando enunciados coletivos; e *(ii) a questão do protocolo integrado*, o que iremos tratar aqui, foco dessa 1ª. reunião, inicialmente com o Município para depois fazer essa mesma articulação com o Estado.

Dito isso, informa que o propósito é pensar, conjuntamente, em um serviço de atendimento especializado e estabelecer um protocolo integrado entre as instituições do sistema de saúde, justiça e proteção, que têm a obrigação de acolher, proteger e acompanhar essas meninas e adolescentes vítimas desses crimes. Nesse sentido, avança para que todos(as) exponham, não só as dificuldades, mas de que forma podem contribuir, sinalizem os protocolos existentes e as possibilidades para integrá-los.

Com a palavra, a **Dra. Fernanda Galliza** (da COEM e Juíza Aux. da Presidência) discorre sobre os atendimentos no **Centro Especializado de Atenção e Apoio às Vítimas de Crimes e Atos Infracionais (CAAV)**, criado no TJRJ em outubro de 2021 para atender familiares e vítimas de crimes que se sentem desorientadas ao buscarem informações para se defenderem e até mesmo um atendimento psicológico ou jurídico, conforme estabelece a Resolução CNJ No. 386/2021. O CAAV conta, atualmente, com uma Assist. Social e uma Psicóloga e se coloca à disposição para contribuir nessa articulação conjunta.

Dr. Sérgio Luiz (da CEVIJ e Juiz responsável pela IV Vara da Infância e do Idoso - Capital) relata que há muitos processos de violência sexual contra meninas e adolescentes, e informa que são dois grandes problemas enfrentados nesse contexto: a escuta especializada e o depoimento especial. Além disso, a criança é revitimizada ao ser ouvida diversas vezes, e não há uma escuta qualificada, que permita uma atuação imediata e eficaz; e não há uma rede de proteção preparada e articulada, inclusive no judiciário. Concorda que é preciso ter um protocolo interinstitucional com ampla divulgação e também a criação da Vara Especial, que é uma demanda antiga.

Dra. Raquel Chrispino (Juíza Membro da CEVIJ e da 1ª Vara de Família de São João do Meriti) propõe como metodologia de trabalho provocar uma reunião interna para tratar a questão da

competência/dos declínios e refletir sobre a intersetorialidade, considerando a complexidade de trabalhar VD, criança e crime. Relata que há no TJRJ a **CICAV – Comissão Interinstitucional da Criança e do Adolescente Vítima** - onde o município do RJ e outras instituições são signatários; por fim, aventa a possibilidade de uma 2ª e 3ª reunião, para que a equipe da saúde possa apresentar os serviços existentes na área da criança e adolescente vítimas de violência e que algum(a), enfatiza a importância de todos mapearem e entenderem a territorialidade, já que são distintas por Instituições e sugere para que um(a) representante da CICAV seja convidado(a) para as próximas reuniões.

A **Juíza Katerine Jatahy** (Membra da COEM e responsável pelo VI JVDFM - Leopoldina) enfatiza que falta, realmente, uma escuta qualificada/especializada e um protocolo interinstitucional, além da necessidade de articulação interna do TJRJ para resolver essa questão da Vara Especializada.

A **Juíza Luciana Fiala** (Membra da COEM e responsável pelo V JVDFM da Capital) endossa a preocupação com o crescente volume de casos envolvendo crimes sexuais de vulneráveis entrando nos JVDFMs e relata que tem recebido muitos casos de pedofilia, declinados das Varas Criminais para o seu JVDF; casos que demandam tempo nas tratativas, por conta da complexidade e gravidade envolvendo crianças; além disso, expõe que sente falta de uma maior integração/articulação entre as Varas Criminais, como ocorre com os JVDFMs e que já urgência na criação da Vara Especializada.

Dra. Carla Araujo (MPERJ - CAOVD) enfatiza a questão da competência e dos declínios tanto nos JVDFMs, como nas Varas Criminais: alguns falam que são de sua competência e atuam, outros falam que não são e declinam e outros que se prontificam a ajudar, mesmo não sendo; dito isso, endossa a necessidade de buscar, de fato, uma mínima uniformidade e um protocolo integrado, evitando esse vai e vem nos processos. Outro ponto apontado pela Procuradora de Justiça é sobre a falta de diálogo entre as Varas Criminais e os JVDFMs, além da falta de diálogo interinstitucional e de uma interlocução maior com a família; por fim, se coloca à disposição, também, para contribuir com o propósito da presente reunião.

Dra. Flavia Nascimento (DPERJ – Coord. de Defesa da Mulher) reforça que essas problemáticas aqui discutidas são vivenciadas em todo o Estado e por isso reforça que é importante a participação também da Secretaria Estadual de Saúde e da Secretaria de Desenvolvimento Social e Direito Humanos.

Sra. Adriana Spalla (CAAV - Centro Espec. de Atenção e Apoio as Vítimas – TJRJ) enfatiza a necessidade de se criar, exatamente, um canal direto com a assistência para que a vítima já saia do CAAV com o agendamento e para que tenhamos visibilidade do acompanhamento.

Dra. Eufrasia Souza (DPERJ – Coord. Defesa dos Direitos da Criança e Adolescente e Membra do Conselho Estadual de Defesa da Criança e Adolescente) informa que o Conselho está providenciando a revisão do plano estadual de enfrentamento à violência contra criança e adolescente, seguindo as diretrizes do plano nacional; por fim, ressalta a importância de trabalhar nessa perspectiva de um protocolo integrado e cita o Art. 16º. da Lei 13.431/2017, lei que estabelece o sistema de garantia de

direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência e altera o ECA: **Art. 16.** *O poder público poderá criar programas, serviços ou equipamentos que proporcionem atenção e atendimento integral e interinstitucional às crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência, compostos por equipes multidisciplinares especializadas.*

Sra. Raquel Caprio (SMS – Subsecretaria de Promoção e Atenção Primária e Vigilância à Saúde) sinaliza que é preciso ajustar/alinhar a porta de entrada na Rede e refinar a comunicação, principalmente, para receber os casos de extrema urgência; e que é preciso, de fato, apresentar as 10 coordenações, quais os Bairros e as Unidades, os CAPs e as maternidades existentes por território e os contatos.

Sr. Márcio Ferreira (SMS – Subsecretaria Hospitalar – Superintendência de Maternidades) informa que possuem um diálogo muito próximo com a Subsecretaria de Atenção Primária e relata que as 10 maternidades municipais passaram por recentes ações de sensibilização sobre essa questão da violência sexual e que sete dessas maternidades estão sendo preparadas para realizar os procedimentos de aborto legal, nos casos previstos em lei.

Sra. Alice Peçanha (SMSAS – Secretaria de Assistência Social), representando a Laura Carneiro, complementa que é importante trazer a Secretaria de Educação para essa articulação, uma vez que muitos casos vêm à tona nas escolas; informa que existem grupos intersetoriais (saúde, assistência e educação) discutindo um fluxo e que é preciso juntar essas frentes; relata que esses grupos já passaram da fase de apresentar os serviços existentes e hoje estão revendo e reconstruindo o fluxo intersetorial, mas houve uma pausa por conta da *covid* e a saúde não conseguiu avançar. Dito isso, sugere convidar representante(s) desse grupo para a próxima reunião a fim de sinalizarem o quanto já avançaram nesse trabalho iniciado.

Sra. Silvana Bencardino (SMSAS – Coord. da Infância e Juventude da Sub. de Ações Sociais) sugere como ponto de partida fortalecer esse grupo de trabalho intersetorial – mencionado pela Alice Peçanha – para criar o protocolo integrado; ao ensejo, se coloca à disposição da Marília e da Gabriela (ambas da equipe técnica do I JVDFM), da Adriana (do CAAV) e das demais equipes técnicas dos JVDFMs do Município, para ser a ponte no redirecionamento desses casos graves das judicializadas junto aos CREAS, enquanto o fluxo não é definido; por fim, se compromete a envolver a gerência de média complexidade para estar na próxima reunião.

Sra. Denise Jardim (SMS/SPS – Superintendente Política de Ações Setoriais) informa que já trabalham essa questão da intersetorialidade e com recorte territorial, relata sobre a figura dos agentes comunitários que visitam as casas com protocolos específicos e que há na prefeitura os territórios sociais - uma composição das secretarias (assistência social, saúde e educação) – onde trabalha esse olhar do risco e do atendimento, com recortes das mulheres, crianças e adolescentes vítimas de violência; por fim, relata que o grande desafio é juntar os fluxos existentes, fortalecer as iniciativas para integrar essas propostas.

Sra. Márcia Vieira (SMS – Gerência Técnica Sala Lilás) discorre sobre a existência dos Grupos Articuladores Regionais (GARs) que tem um papel extremamente importante para os encaminhamentos, enfatiza a importância do conhecimento da territorialidade para facilitar a comunicação/os acionamentos e relata que, no contexto das Salas Lilás, isso funciona bem.

Após debates, restam alinhadas as seguintes deliberações:

- Caberá a Secretaria Municipal da Saúde (através de seus/suas representantes aqui presentes) trazer, na próxima reunião, informações/dados sobre o funcionamento de sua rede territorial, em relação aos locais de acolhimento/atendimentos existentes para crianças e adolescentes vítimas de violência sexual; (DELIBERAÇÃO 1)
- A Juíza Raquel Chrispino se compromete a enviar, para conhecimento da COEM, o fluxo construído pela CICA – Comissão Interinstitucional da Criança e do Adolescente Vítima do TJRJ; (DELIBERAÇÃO 2)
- Incluir no convite da próxima reunião, conforme deliberado pela **Juíza Adriana Mello** (COEM), representantes do NUDECA, da CICA e da Secretaria de Educação (mediante indicação da Sra. Alice Peçanha, da SMSAS); (DELIBERAÇÃO 3)
- Incluir no convite da próxima reunião, mediante indicação da **Dra. Carla Araújo**, o Promotor Público Rodrigo Medina - medina@mprj.mp.br – CAO da Infância e Juventude. (DELIBERAÇÃO 4)

Nada mais a tratar, **Dra. Adriana Mello** encerra a reunião às 13h20min, reforçando que uma Rede deve ser construída de forma horizontal (sem qualquer hierarquização) - referenciando o **guia de apoio à construção de Redes: VEM PRA RODA, VEM PRA REDE**¹ - e designa a próxima para o dia **23 de fevereiro, às 14h**, juntamente com a reunião do CAAV-TJ RJ, no formato híbrido (presencial e online para atender aqueles(as) que não puderem comparecer presencialmente). (DELIBERAÇÃO 5)

JUÍZA ADRIANA RAMOS DE MELLO
Membra da COEM

Deliberações		Responsável	Prazo
01	Trazer, na próxima reunião, informações/dados sobre o funcionamento de sua rede territorial, em relação aos locais de acolhimento/atendimento da saúde existentes para crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual.	Representantes da SMS – Secretaria Municipal da Saúde	Próxima Reunião 23.02.22

¹ CARREIRA, Denise, PANDJARJIAN, Valéria. *Vem pra roda! Vem pra rede!*: guia de apoio à construção de rede de serviços para o enfrentamento da violência contra a mulher. São Paulo, Rede Mulher de Educação, 2003.

02	Enviar para a COEM o fluxo construído pela CICA V – Comissão Interinstitucional da Criança e do Adolescente Vítima do TJRJ.	Juíza Raquel Chispino	-
03	Incluir no convite da próxima reunião, conforme deliberado pela Juíza Adriana Mello, representantes do NUDECA, da CICA V e da Secretaria de Educação (mediante indicação da Sra. Alice Peçanha - SMSAS).	Equipe COEM	Imediato
04	Incluir no convite da próxima reunião, por indicação da Dra. Carla Araújo, o Promotor Público Rodrigo Medina - medina@mprj.mp.br – CAO da Infância e Juventude.	Equipe COEM	Imediato
05	Enviar o convite da próxima reunião, designada para o dia 23 de fevereiro, às 14h – formato “híbrido”.	Equipe COEM	Imediato

CERTIDÃO

Certificamos que a presente Ata
foi assinada eletronicamente em 08/03/2022.

**Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de
Violência Doméstica e Familiar – COEM (TJRJ)**